



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11414 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

ESTADO, POLÍTICA EDUCACIONAL E A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS
 Jessica de Oliveira Pontes Nóbrega - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
 Gustavo Maneschy Montenegro - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

ESTADO, POLÍTICA EDUCACIONAL E A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Este resumo traz resultados parciais de uma pesquisa em andamento desenvolvida no Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na área de Concentração Educação, Políticas e Culturas, na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais. que tem como objeto de análise a formação no Instituto Federal do Amapá (IFAP), delimitando uma parte dessa formação, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica (EMIEPT), mais especificamente a partir de um recorte, que é a Educação Física.

Para este resumo, estabelecemos como objetivo principal compreender os elementos históricos, políticos, sociais e econômicos que constituem os Institutos Federais e a oferta da formação técnica profissional de nível médio no contexto da reestruturação produtiva da sociedade capitalista, especialmente a partir dos anos 1990.

Por meio de pesquisa bibliográfica chegamos a três eixos temáticos. Primeiramente uma discussão sobre o papel do Estado neoliberal; em seguida discutimos as políticas educacionais e ensino médio, e posteriormente, visualizamos a Educação Física no contexto das políticas educacionais.

Nosso suporte teórico-metodológico se alinha ao materialismo histórico dialético, uma vez que analisar o EMIEPT dentro da totalidade, significa considerar amplitudes maiores como, por exemplo, as políticas, as realidades sociais, a estrutura de classes, especificamente, no modo de produção capitalista, que busca efetivar os fins de acumulação e reprodução do capital. Logo, a educação não está isenta de contradições e mediações que se fazem presentes

no seu processo de formulação e implementação.

Considerando os elementos macroestruturais da totalidade histórica onde se assenta a dualidade entre trabalho e educação, compreendemos que para alcançarmos o objetivo proposto para pesquisa é necessário primeiramente compreender o Estado, identificar em que contexto esteve inserido durante a formulação das políticas educacionais para o EMIEPT, suas determinações, sobretudo as concepções que justificam suas ações, uma vez que, a política é o “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987), dependendo da função social que o Estado assume em determinado tempo histórico, vai determinar suas ações, e conseqüentemente reverberar nas políticas educacionais. Assim, “por razões práticas, qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental” (CARNOY, 1987, p.19).

Para esse estudo, buscamos alinhamentos com a compreensão do Estado em Marx, adotando a concepção de que o Estado emerge das relações de produção. Na perspectiva marxista é definido como um aparelho para o exercício do poder que serve aos interesses da classe dominante, sua função é “organizar e concentrar o poder repressivo a fim de manter o controle da classe dominante sobre a produção” (CARNOY, 1987, p. 20). Para Marx, o modo capitalista de produção e acumulação, são garantidos e aplicados pelo uso do poder do Estado, ou seja, o Estado é usado para legitimar o poder, materializado através das políticas públicas.

Segundo Harvey (2005, p. 84) afirmações como: “a força do trabalho é uma mercadoria”, “o dinheiro proporciona veículo para acumulação”, constituem elementos fundamentais para compreensão das perspectivas de Marx sobre o Estado, no sentido de “sustentar a relação básica entre capital e trabalho”. Ademais, as relações estabelecidas entre Estado e a sociedade capitalista no momento presente, nos levam ao estudo do neoliberalismo, pois, “o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou sistema de acumulação” (SAAD, 2015, p. 59), assim, é importante compreendermos as diretrizes neoliberais que orientam o papel do Estado.

Tomando a matriz histórica e a contextualização do Estado a partir de diretrizes neoliberais, destacamos a década de 1970, que foi marcada pela crise do modo de produção capitalista, período de grandes transformações que reverberou na produção da vida material objetiva e subjetiva. Essas transformações ocorreram em todas as esferas da vida social, pois, de acordo com Dardot e Laval (2018, p. 24) “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade”.

As diretrizes do neoliberalismo pressupõem um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade, a ideia de “Estado mínimo”, além disso, o alargamento do raio de ação da lógica do mercado em todas as relações sociais (COSTA Jr., 2010). É nessa conjuntura que se efetiva o processo de reestruturação do capital, no intuito de

reaver o seu ciclo produtivo, afetando intensamente o mundo do trabalho.

No campo educacional não seria diferente, a educação e as políticas educacionais dependem das características e do poder dos grupos hegemônicos. Para alcançarmos a compreensão do papel do Estado neoliberal na definição das políticas educacionais na sociedade capitalista em toda sua complexidade histórica, um aspecto precisa ser evidenciado, diz respeito a mudança de olhar sobre as políticas educacionais, adaptadas para atender aos interesses da burguesia, o que é uma prática presente em toda história da educação, no tocante aos objetivos, função e características da escola e do ensino.

Segundo Laval (2018), a adaptação imposta pelo neoliberalismo refere-se ao caráter competitivo, que articula a concorrência dentro do espaço econômico, e procura moldar os sujeitos para torná-los “empreendedores”. Dardot e Laval (2018, p. 156), aprofundam a discussão sobre essa nova figura do homem econômico, destacando que a importância do empreendedor não é nova, vem desde o século XVIII. Afirmam que “o empreendedor é um mediador entre o conhecimento e a execução”.

As influências do sistema fundamentalmente capitalista, de natureza competitiva, implicam diretamente na definição das políticas educacionais. Com a diminuição das responsabilidades do Estado, em especial a do direito à educação, esta assume uma nova característica, passa a ser uma prestação de serviço que pode ser adquirida, vendida por instituições formais e consumida livremente. O projeto neoliberal supõe a elaboração de um espaço que torna possível pensar o econômico, o social e o político dentro das categorias que justificam o arranjo social capitalista.

Quanto a política educacional e ensino médio é importante frisarmos os principais acontecimentos no cenário político e na educação brasileira. Para tanto, partimos da década de 1970 que de acordo com Shiroma (2007), adotava-se uma perspectiva “economicista”, o que representou o desenvolvimento de uma educação voltada para formação de “capital humano”, vinculando esta, ao mercado de trabalho. A autora enfatiza também a presença do regime militar dentro desse contexto. Destaca-se que nesse período cresciam os movimentos de reivindicações relacionados ao sistema educacional, exigia-se a “constituição de um sistema nacional de educação orgânico”, afirmou-se a “concepção de educação pública e gratuita” como dever do Estado, defendiam a “erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública” (SHIROMA, 2007, p. 40).

A década de 1980, marca um período de construção de propostas educativas que deram visibilidade aos processos de emancipação humana, articulados a projetos democráticos (EVANGELISTA, 2013). Período que o Brasil enfrentava um quadro educacional caótico, grandes taxas de evasão escolar, repetição, analfabetismo, professores leigos e crianças fora da escola. Em 1987 iniciaram as discussões para nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que só foi aprovada em 1996, porém, não correspondeu às expectativas alimentadas em quase duas décadas. (SHIROMA, 2007).

Ademais, tivemos a promulgação da Constituição de 1988 que restabeleceu a democracia após 21 anos de ditadura militar (1964 – 1985), foi o grande marco da redemocratização do país após esse período. O texto constitucional definiu garantias em linhas gerais, direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Segundo Behring (2008), com esses principais processos, a crise econômica e a redemocratização do país, culminam na afirmação de reformas orientadas para o mercado.

Na década de 1990, foi um período de reconfiguração do papel do Estado em uma perspectiva ideológica neoliberal, temos então, a municipalização do provimento do ensino fundamental, implementação dos parâmetros curriculares, implantação do sistema de avaliação institucional, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), são elementos que constituem o delineamento da reforma educacional brasileira. (KRAWCZYK, 2008)

Outro fato importante dentro desse contexto histórico sobre o cenário político e educacional brasileiro, constitui relação direta com o objeto de estudo da pesquisa, refere-se a criação dos Institutos Federais (IFs), no final de 2008 com a promulgação da Lei nº11.892, a partir das antigas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). De acordo com a referida lei, suas finalidades vão desde a oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação lato e stricto sensu até a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico das regiões periféricas do Brasil. Os Institutos Federais foram pensados para desempenhar um papel central e estratégico nas políticas de educação profissional e tecnológica.

Esse breve percurso histórico, permite refletir que a educação, por meio das políticas públicas, marcadas pelos interesses dos grupos hegemônicos (como preconizada pelas perspectivas de Estado em Marx), e, portanto, marcada pela lógica do mercado (impostas por diretrizes neoliberais), tem assumido o papel de preparar indivíduos capazes, unicamente, de desempenhar funções de perpetuação de tal lógica. Para Shimora (2007, p. 44), “[...] a educação constituiu-se em campo de negociação e trocas para legitimação do consenso que, para além do atendimento as reivindicações educacionais, tornaram-se aríete dos entendimentos entre capital e trabalho”.

Até aqui sintetizamos os principais acontecimentos no cenário político e na educação brasileira partindo da década de 1970. Agora daremos ênfase nas políticas educacionais para o ensino médio, desenvolvendo a discussão sobre a legislação educacional a partir da aprovação da Nova LDB 9394/96, tendo em vista que esta lei ainda está vigente.

Segundo Corso e Soares (2014), este é historicamente marcado pela dualidade estrutural e curricular, ou seja, de um lado a educação geral e propedêutica, do outro, o ensino técnico de formação profissional, em especial para o comércio e a indústria. A lei 9.394/96, instituiu as bases e formas de organização da educação no Brasil.

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº.

9394/1996, seu texto vem sofrendo muitas alterações, (inclusões, revogações, reformulação da redação, vetos) por meio da implementação de novas leis, decretos e medidas provisórias. Essas mudanças sugerem que “as reformulações, seguem uma lógica contemporânea de readequação às demandas, na qual a educação tem passado a se reorganizar sob justificativas globais e mercadológicas” (GOMES et al., 2020, p. 620).

Quanto a Educação Física, para visualizarmos dentro do contexto das políticas educacionais, faz-se necessário resgatar os debates em torno de sua própria constituição nas definições da política brasileira a partir de um movimento histórico em articulação com as concepções que vêm orientando, historicamente, seu ensino e como a legislação se desenvolve em torno de diferentes contextos.

De forma bem objetiva, citamos acima, um recorte que mais se aproxima do tempo histórico do objeto de estudo desta pesquisa. Vimos os principais acontecimentos no cenário político e na educação brasileira a partir de 1970, bem como as perspectivas “economicista” e conseqüentemente a educação voltada para formação de “capital humano”, dentro de um contexto que se estabeleceu na presença do regime militar. Vimos também que a partir da Proclamação da República em 1988 começam debates que já vinham se encaminhando e vão ganhando força, a respeito das precariedades das políticas educacionais. Ademais o período republicano e presidencialista do Brasil promulgou a educação como direito de todos, marcou um período de reivindicações e reformas.

A Educação Física em todo esse contexto foi negligenciada e esquecida, além disso, sempre foi criticada por sua característica voltada ao melhoramento físico e a saúde, que correspondiam às tendências teóricas daquele período. De acordo com Castellani Filho (2010), existem três tendências teóricas que têm orientado o ensino da Educação Física no Brasil, que são: a Biologização, compreensão do homem em movimento apenas a seu aspecto biológico; a Psicopedagogização, reducionismo psicopedagógico; e a Educação Física transformadora, que instrumentaliza as classes populares, para o exercício pleno de sua capacidade de luta no campo social (CASTELLANI, 2010). Cada uma dessas tendências predominou na escola de acordo com a conjuntura político-social brasileira. Ademais a legislação desenvolvida em cada período, materializa esse processo.

A inserção da Educação Física na legislação aparece em meados do século XIX (1851), no qual se estabelece a prática da ginástica nas escolas primárias do Município da Corte (Rio de Janeiro). Sua efetivação ocorre nas primeiras décadas do século XX, para fins de, preparar um novo homem mais forte, mais ágil e mais empreendedor e que conheça e domine o corpo para utilizar de maneira eficiente. (OLIVEIRA, 2004)

Em 1961 com a lei 4.241 a Educação Física aparece no Art.22, regulamentando a obrigatoriedade de sua prática. Segundo Castellani Filho (2002), o tratamento dado às políticas implementadas para a Educação Física centravam-se no processo de industrialização do modelo econômico brasileiro e apoiavam-se na necessidade da capacitação física do

trabalhador. Com a LDB de 1971 observa-se um aprofundamento da visão de uma Educação Física militarista e esportivizada. Estabelece em seu Art. 7º “será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]”. No mesmo ano, em 1º de novembro, foi promulgado do Decreto nº 69.450, que regulamentou a Educação Física nos três níveis de ensino.

Posteriormente, veio a LDB de 1996, estabelecendo no artigo 26, inciso 3º que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, [...]”. Apresenta um contexto de escolarização formal, inserida como componente curricular obrigatório, assume um compromisso social, além de agregar as práticas de corpo e movimento aos processos educativos de aprendizagem, contribuindo e vinculando-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Contudo é possível identificar que a partir da redemocratização na década de 1980, começa as mobilizações sociais e uma participação mais ativa da sociedade civil, na discussão da implementação de políticas públicas, a população ganha espaço para manifestar seus interesses cotidianos, com isso, a Educação Física começa a ser discutida como uma política pública educacional. Assim, entra em pauta discussões sobre a socialização dos conteúdos e quais seriam as finalidades da Educação Física para os fins educacionais junto à sociedade brasileira.

As políticas públicas começam a desdobrar e voltar sua atenção para questões da Educação Física, que faz parte de um pensamento voltado à sua prática educacional, sendo um conteúdo curricular assegurado por lei, como um direito conquistado, garantido por meio de resoluções, decretos e aparatos legais que a confirmam enquanto elemento pedagógico de sistema educacional.

Palavras-chaves: Ensino Médio Integrado; Formação Profissional e Técnica; Educação Física; Política Educacional.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>>. Acesso em: 24 out. 2021.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 24 out. 2021.

CARNOY, Martins. **Educação, economia e Estado:** base e superestrutura relações e medições. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: A história que não se conta.

Campinas, SP: Papyrus, 1988 – (Coleção Corpo & Motricidade).

_____. **Política Educacional e Educação Física** – 2 ed.(2002 - (Coleção: Polemicas do Nosso Tempo).

CORSO, Angela Maria; SOARES, Solange Toldo. **Política Educacional para o ensino médio**. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.

COSTA JR, Wercy Rodrigues. **Política Educacional no contexto do neoliberalismo**. Revista da Faculdade de Educação, Ano VIII, nº 13, p. 31-49, jan, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo; Boitempo, 2018.

EVANGELISTA Olinda. **Qualidade da educação pública: Estado e organismos multilaterais**. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa Suanno; LIMONTA, Sandra Valéria (Orgs.). **Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores**. Goiânia: CEPED, 2013.

_____, 1921-1997. **Educação e mudança**. 1. ed. - Rio de Janeiro – Paz e Terra, 2013.

GOMES, Danyella Jakelyne Lucas et al. **Políticas Educacionais para o Ensino Médio: implicações e perspectivas para com a garantia desse direito à educação**. **RPGE**– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 614-630, maio/ago. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de, 1943 – **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 2004. - (Coleção Primeiros passos; 79)

SAAD Filho, Alfredo. **Neoliberalismo: uma análise marxista**. Revista Marx e o Marxismo v.3, n.4, p. 59-72, jan/jun 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.